A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO SANEAMENTO RURAL DO CEARÁ: O TRABALHO DAS EQUIPES SOCIAIS DO PROGRAMA ÁGUAS DO SERTÃO

Lívia Rodrigues da Silva [1]
Assistente Social formada na Faculdade Vale do Jaguaribe, atuando como Técnico de Nível Superior - Pleno na Secretaria das Cidades, governo do estado do Ceará, atuando no Programa Águas do Sertão. Possui experiência na gestão e execução de políticas de assistência social e saneamento básico rural. Sua atuação abrange mobilização comunitária, participação social e trabalhos publicados na área de saneamento.
Bárbara Peters Almas[2]
Graduada em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, especialista em Comunicação Empresarial e MBA em Marketing. Possui ampla experiência em assessoria de comunicação para instituições públicas e privadas, com atuação no desenvolvimento de planos, estratégias e políticas de comunicação. Também acumula experiência em campanhas para rádio e TV, planejamento e coordenação de eventos corporativos, marketing promocional, marketing digital e gestão de redes sociais.
Kilvia Marcela Freitas Cunha[3]
Assistente social, graduada em Serviço Social e Psicologia, com pós-graduação em andamento na área de Trabalho Profissional em Serviço Social. Possui experiência em gestão social, desenvolvimento comunitário, saneamento rural e políticas públicas, atuando em equipes multidisciplinares e projetos sociais do Governo do Estado do Ceará. Conta ainda com certificações em saneamento rural, gestão social e desenvolvimento sustentável.
Francisco Diones Evaristo de Lira[4]
Assistente social, graduado em Serviço Social pela UNIFAMETRO, com experiência em mobilização comunitária e fortalecimento de associações no Programa Águas do Sertão. Atua em diagnóstico socioeconômico, educação sanitária e gestão social de projetos de saneamento rural. Possui certificações em saneamento rural, desenvolvimento sustentável e gestão comunitária, destacando-se pelo compromisso com a promoção da cidadania e do desenvolvimento social.
Patrícia Kelry de Sousa e Silva[5]**,**
Tecnóloga em Saneamento Ambiental (IFCE), Especialista em Gestão Ambiental. Funcionária Pública da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), atualmente Gerente de Obras e Supervisora Técnico Social no Programa Águas do Sertão da Secretaria das Cidades do Ceará.

Endereço: BR 116, 5805, APTO 102 - Aerolândia- Fortaleza – Ceará - CEP: 60.850-012 - Brasil - Tel: +55 (88) 99909-3576 - e-mail: livia.rodrigues@cidades.ce.gov.br

RESUMO

O artigo apresenta a experiência do trabalho social realizado no saneamento rural do Ceará por meio do Programa Águas do Sertão (PAS), iniciativa voltada à universalização do acesso à água potável e ao esgotamento sanitário em comunidades rurais. O estudo destaca a importância da atuação das equipes sociais na mobilização, organização e participação das comunidades, etapas essenciais para a implantação dos sistemas e para o fortalecimento do modelo de gestão comunitária do SISAR. Fundamentado no Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), especialmente no eixo de educação e participação social, o trabalho social é desenvolvido em três fases: reconhecimento da comunidade, acompanhamento das obras com ações educativas e avaliação dos resultados. As atividades incluem oficinas, reuniões, visitas domiciliares, pesquisas e ações de educação ambiental e em saúde. Essas práticas buscam fortalecer o protagonismo comunitário, incentivar o uso sustentável da água e promover a corresponsabilização da população atendida na gestão dos sistemas implantados. Entre os principais resultados observados estão o aumento do engajamento comunitário, a valorização do conhecimento local, melhorias nas condições de saúde e higiene e o fortalecimento da gestão participativa, garantindo maior eficácia e sustentabilidade às ações de saneamento rural.

PALAVRAS-CHAVE: Saneamento rural, trabalho social, Programa Águas do Sertão

INTRODUÇÃO

O saneamento rural é uma questão multidisciplinar, de interesse multissetorial, envolvendo pessoas e suas relações com o meio ambiente. (IPLAN, 1989) O Projeto Nacional de Saneamento Rural (PNSR), elaborado no período de

1985 a 1989, surgiu como uma iniciativa inédita, em âmbito nacional, para o planejamento da atuação em saneamento rural, após anos de ações isoladas. (ROLAND; HELLER; REZENDE, 2022).

Décadas depois, em consonância com o Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab (2013), a Funasa iniciou em 2014 o processo de elaboração do Programa Nacional de Saneamento Rural visando estruturar ações permanentes para essa população. Finalmente, sua institucionalização legal ocorreu por meio da Portaria MS nº 3.174, de 2 de dezembro de 2019, que institui o Programa Nacional de Saneamento Rural – PNSR, com o objetivo de orientar e apoiar a implementação de políticas públicas de saneamento básico em áreas rurais e comunidades tradicionais. O PNSR também se alicerça sobre três eixos estratégicos: 1) gestão dos serviços; 2) educação e participação social; e 3) tecnologia. Ambos, em diferentes épocas e com suas particularidades, procuram ir além das abordagens predominantemente tecnocêntricas. Em sua concepção, o PNSR apresentava, portanto, inovações relacionadas às tecnologias utilizadas, aspectos de educação, participação social e gestão dos serviços. (ROLAND; HELLER; REZENDE, 2022).

Já no Ceará a partir da década de 1990, o Governo do Estado consolidou uma política de saneamento rural voltada para ampliar o acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário em comunidades do semiárido, historicamente afetadas pela escassez hídrica. Com foco na gestão participativa e na sustentabilidade, implementou, por meio da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), o modelo do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR). Essa abordagem inovadora uniu investimentos em infraestrutura à capacitação comunitária e à gestão descentralizada, garantindo não apenas a operação e manutenção dos sistemas, mas também a autonomia das comunidades na administração dos serviços, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida no meio rural.
O presente artigo tem como objetivo descrever a experiência do trabalho social no Programa Águas do Sertão do Governo do Estado do Ceará, mostrando as atividades que são desenvolvidas para mobilização, identificação e organização da população em comunidades rurais, que receberão Sistemas de Abastecimento de Água – SAA´s e Sistemas de Esgotamento Sanitário – SES´s, através do Programa Águas do Sertão e do gerenciamento pelo modelo de gestão SISAR.

A população rural brasileira soluciona, a grosso modo, suas necessidades de água através do uso de fontes alternativas como poços, rios, lagoas, açudes, nascentes aguadas e, principalmente, poços caseiros, aproveitando o lençol freático. É bastante reduzido o número dos que utilizam a rede pública, com ligações domiciliares de água tratada fornecidas por órgãos governamentais, sendo em algumas regiões, principalmente no nordeste, o suprimento feito em grande parte por chafarizes e torneiras públicas. (IPLAN, 1989)

O Programa Águas do Sertão (PAS) é parte estratégica da política de saneamento básico do Governo do Ceará para localidades rurais. É financiado por recursos do Governo do Estado do Ceará, de crédito externo junto ao Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) e por recursos do Latin American InvestmentFacility (LAIF) da União Europeia (CEARÁ, [s.d.]).

A implementação do Programa é feita pelo Governo do Estado, através da Secretaria das Cidades (SCidades), com apoio da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) e do Banco KfW. O programa busca reduzir a vulnerabilidade e fortalecer a resiliência da população rural do Estado às secas e escassez de água, melhorando as condições de saúde e qualidade de vida por meio de soluções de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, além de fortalecer o modelo de gestão SISAR – Sistema Integrado de Saneamento Rural (CEARÁ, [s.d.]). O Programa conta com quatro equipes sociais, alocadas de forma estratégica por todo o Estado do Ceará, cada uma composta por um gestor social e um técnico social. Essas equipes exercem um papel estratégico na promoção do bem-estar das comunidades atendidas, contribuindo diretamente na melhoria das condições de vida da população, incentivando e promovendo a conscientização a respeito do uso racional dos recursos hídricos, como também a valorização dos sistemas implantados e o fortalecimento do protagonismo comunitário na gestão do saneamento básico rural.

OBJETIVO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a importância do trabalho social desenvolvido pelas equipes sociais do Programa Águas do Sertão (PAS) na implementação de sistemas de abastecimento de água nas comunidades rurais e das ações de saneamento rural no estado do Ceará, destacando sua contribuição para a mobilização comunitária, fortalecimento da participação social e sustentabilidade dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA’s), operados pelo modelo de gestão SISAR.

- Descrever as etapas e metodologias utilizadas pelas equipes sociais no acompanhamento das comunidades rurais atendidas pelo PAS;
- Evidenciar as ações de educação ambiental, educação em saúde e mobilização comunitária desenvolvidas durante a execução do programa;
- Demonstrar a relevância da participação social para o fortalecimento da gestão comunitária dos sistemas implantados;
- Analisar os impactos sociais e ambientais decorrentes da implantação dos sistemas de saneamento rural nas comunidades beneficiadas;
- Destacar a contribuição do modelo SISAR para a sustentabilidade, autonomia comunitária e melhoria da qualidade de vida da população rural.

METODOLOGIA UTILIZADA

O PAS contempla os três eixos estratégicos do PNSR já citados anteriormente. Neste artigo, vamos abordar o eixo 2: educação e participação social. O trabalho social para desenvolver suas ações se organiza em três fases, são elas: Reconhecimento e caracterização da comunidade; Acompanhamento da obra e promoção da educação ambiental e em saúde; e Avaliação e apresentação dos resultados. Essas fases dividem as ações que serão desenvolvidas durante o processo de realização do acompanhamento social após criteriosa análise da realidade da localidade em questão.

A fase inicial é de reconhecimento e caracterização da comunidade. Nessa fase é o momento de apropriação e conhecimento das comunidades a serem trabalhadas, identificando seus potenciais e suas limitações. São realizadas visitas para reconhecimento das comunidades visando conhecer as especificidades da área de intervenção e da população, com a mobilização das lideranças comunitárias para auxiliar na execução das ações nas comunidades e com a formalização de parcerias com o poder público e/ou com qualquer das múltiplas formas de organização da sociedade civil. São realizadas reuniões comunitárias de apresentação do programa e de adesão ao PAS e modelo de gestão SISAR, em busca de envolver a população atendida durante todo o processo de implantação dos sistemas.

Também são feitas reuniões nas prefeituras municipais para apresentação do programa, visando oficializar o início de sua execução no município e a implementação do arcabouço jurídico[1], tendo em vista que é um marco institucional do PAS. Essa atividade tem como base as seguintes minutas dos instrumentos jurídicos: Lei Autorizativa, Decreto, Acordo de Cooperação e Termo de Atuação em Rede. Além disso, é firmado também um Acordo de Cooperação Técnica Recíproca que tem por objeto o estabelecimento de compromissos recíprocos entre o Poder Público Estadual e Municipal, visando as implantações dos SAA's e SES's em localidades desse Município, sendo um equipamento público a ser construído pela SCidades, permitindo que o Estado tome posse da área onde serão construídos.

As equipes sociais também são responsáveis pelas tratativas da regularização fundiária dos terrenos para a implantação dos equipamentos dos SAA´s e dos SES´s e pela aplicação de uma pesquisa *ex-ante* com a população comunitária, que acontece antes do início das atividades do trabalho social e da obra, a fim de obter informações sobre a comunidade (perfil socioeconômico, condições socioambientais, infraestrutura, associativismo, saúde) bem como o conhecimento das condições atuais de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A segunda fase é de acompanhamento da obra e promoção da educação ambiental e em saúde. Durante a execução das atividades dessa fase é realizada uma conexão entre questão social e ambiental, pretendendo-se incitar a ação coletiva e organizada, no que se refere a educação ambiental, dos sujeitos sociais que constituem a comunidade da área de intervenção.

São realizadas visitas porta-a-porta que possibilitam uma maior aproximação com a comunidade da área de intervenção para informar a população sobre o uso correto do SAA, a importância da água tratada, orientando

[1] Formaliza e regulamenta as ações dos Sisar's na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios

sobre as formas de evitar o desperdício e demais questões pertinentes ligadas a educação ambiental e saneamento básico, e ao modelo de gestão do SISAR.

As equipes sociais realizam diversas reuniões durante todas as etapas de implantação dos SAA´s. São elas: Reunião de início de obra para apresentação do projeto técnico executivo (planta, área de atendimento), para explanação do procedimento de fiscalização e também das ações socioambientais a serem executadas nas comunidades; Reunião de acompanhamento da obra para apresentação do andamento da obra, para debater sobre pontos importantes considerados pela equipe de fiscalização e para esclarecimento de dúvidas, reclamações e sugestões da população comunitária; Reunião de início da pré-operaçã[2]o para apresentação do sistema executado, de como vai proceder os testes da operação e atividades sociais desenvolvidas. Na ocasião deverá ser assinado o Termo de Recebimento Provisório da Obra – TRPO; Reunião de conclusão da obra, para apresentação final da obra executada, de como se procedeu a pré-operação e encaminhamentos do início da etapa de operação da associação junto ao SISAR, com a assinatura o Termo de Recebimento Definitivo da Obra – TRDO.

As equipes sociais também desenvolvem ações socioambientais, que têm como objetivos específicos: Promover uma aproximação do PAS junto às comunidades beneficiadas nas três etapas que o programa executa (pré-obra, obra e pós-obra) e assim, promover o fortalecimento do associativismo; Desenvolver a educação ambiental; Conscientizar a população sobre o bom uso dos SAA's implantados pelo programa; Sensibilizar a população para novos hábitos e atitudes relacionadas à questão sanitária e ambiental; Abordar assuntos sobre saúde, direitos humanos, políticas públicas; Incentivar o desenvolvimento das potencialidades econômicas das comunidades e Promover a valorização da população local.

A fase de avaliação e apresentação dos resultados tem como objetivo principal acompanhar e avaliar as atividades executadas durante todo o período trabalhado, visando garantir a qualidade dos resultados, por meio de ajustes necessários.

As equipes sociais realizam periodicamente reuniões de planejamento, monitoramento e avaliação e elaboram relatórios mensais com os resultados das ações executadas durante todo o período, a fim de fazer um relato sobre as atividades que foram realizadas mostrando as dificuldades e facilidades encontradas, como também, os resultados alcançados. Além disso, participam de reuniões e trabalhos sociais realizados pelo SISAR local, além de dar apoio à equipe no que for necessário, com o objetivo de acompanhar a operação da obra, o uso do SAA pela comunidade e avaliar o nível de satisfação da comunidade quanto ao modelo de gestão SISAR.

Após a entrega da obra é aplicada a pesquisa *ex-post* que visa corroborar as informações sobre a comunidade obtidas na pesquisa *ex-ante*. Sua realização ocorre ao fim das atividades do trabalho social, pois pretende visualizar as mudanças no cotidiano da população e os impactos na comunidade, provocados pelo SAA ou SES executado.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Fundamentando-se no PNSR previamente mencionado, apresentam-se os resultados das atividades desenvolvidas pelas equipes sociais no âmbito do Programa Águas do Sertão até o presente momento. A abordagem contemplará as três fases do trabalho social, evidenciando seus objetivos, metodologias e impactos.

Um exemplo de uma atividade da fase de reconhecimento e caracterização da comunidade foi realizada na comunidade de Camilos no município de Meruoca (CE): a reunião de adesão ao modelo de gestão SISAR e apresentação do projeto da obra do SAA, com a participação da comunidade, equipe social do PAS, equipe técnica da Gerência de Obras do Programa Águas do Sertão – GOPAS, equipe do SISAR da Bacia do Acaraú e Coreaú – BAC. Na oportunidade, a equipe social do PAS apresentou o programa e explicou sobre as etapas do trabalho social durante a fase de pré-obra. A assistente social do SISAR/BAC falou sobre o modelo de gestão SISAR, sobre os atendimentos sociais prestados às comunidades filiadas e de como é feita a parceria entre SISAR e comunidade.

[2] É quando a empresa construtora responsável pela obra realiza testes e verificações em todos os componentes do SAA antes do início das operações regulares.

Figura 1 - Reunião de Apresentação



Fonte: Acervo fotográfico UGP PAS, 2024.

Já no complexo Pitombeira, no município de Acopiara (CE), foi aplicada a pesquisa *ex-ante* uma etapa fundamental do trabalho social que permite avaliar os impactos e benefícios que chegarão às comunidades atendidas. Por meio desse levantamento, é possível compreender a realidade das famílias antes da chegada da água tratada e, futuramente, comprovar os avanços promovidos pelo acesso à água segura dentro de casa.

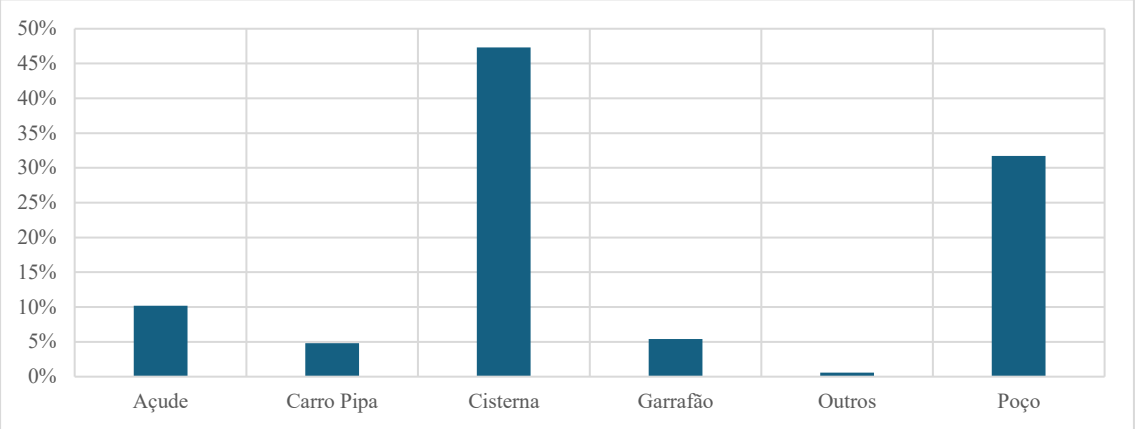
O complexo Pitombeira é composto por 5 comunidades rurais, totalizando aproximadamente 370 famílias. A pesquisa revelou que mais de 70% das residências não possuem água tratada e que as formas de abastecimento de água são: cisternas, poço, açude, garrafão de água mineral e carro-pipa, tendo em sua maioria a utilização de cisternas e poços no uso cotidiano, utilizando para: beber, cozinhar, tomar banho, lavar louças e roupas. Quando perguntados se estão satisfeitos com o fornecimento atual do abastecimento de água, 70% dos entrevistados responderam insatisfeito. Esses dados mostram a realidade da maioria das comunidades rurais do estado do Ceará que ainda convivem diariamente com a escassez hídrica.

Figura 2 - Aplicação da pesquisa *ex-ante*.



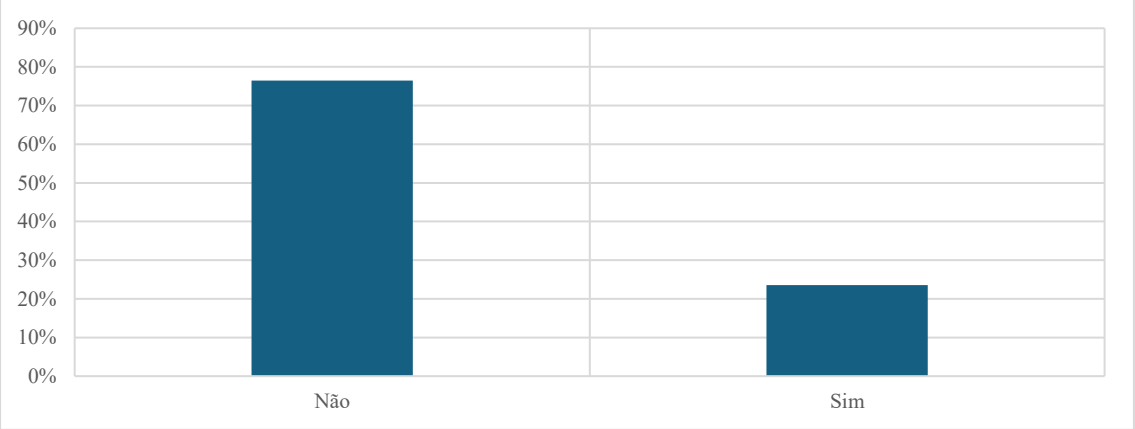
Fonte: Acervo fotográfico UGP PAS, 2026.

Figura 3 - Qual o tipo de abastecimento de água possui?



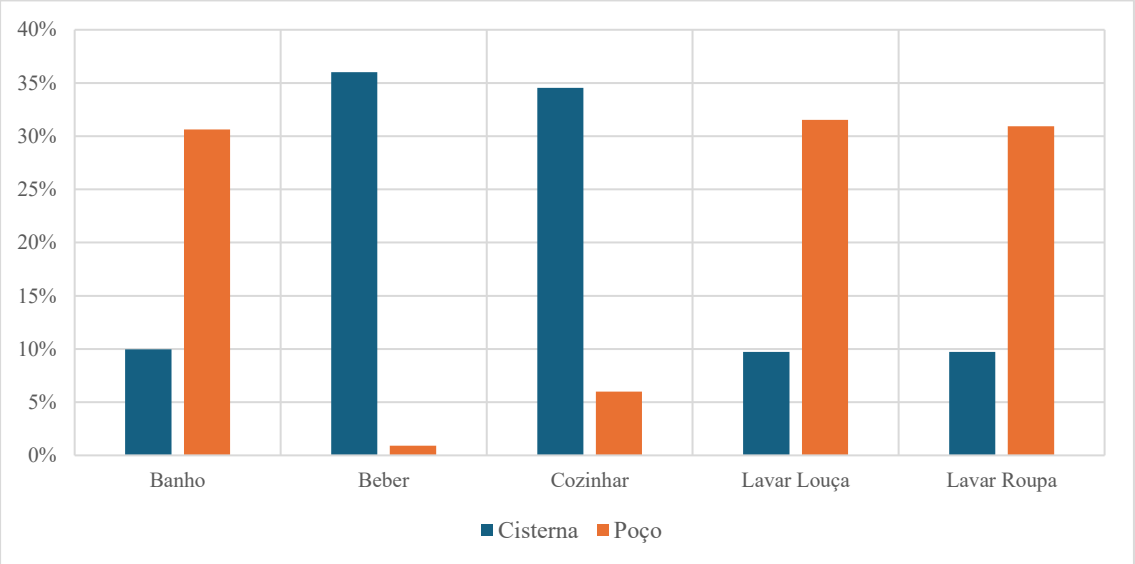
Fonte: Dados da Equipe Social do PAS

Figura 4 - Realiza algum tipo de tratamento na água?



Fonte: Dados da Equipe Social do PAS

Figura 5 - Finalidade da água



Fonte: Dados da Equipe Social do PAS

Na fase de acompanhamento da obra e promoção da educação ambiental e em saúde destacam-se as seguintes ações do trabalho social: na comunidade de Lagoa dos Monteiros, localizada no município de Cruz (CE) foi realizada a reunião de início de obra de implantação do Sistema de Abastecimento de Água.

Na ocasião, os moradores puderam esclarecer dúvidas diretamente com as equipes do Programa, representantes da construtora responsável pela obra e da Gerência de Saneamento Rural da Cagece – GESAR. Mais do que uma etapa formal, as reuniões são fundamentais para apresentar o cronograma das obras, orientar sobre eventuais transtornos temporários e reforçar os cuidados necessários, assegurando transparência e diálogo com a população.

Figura 6 - Reunião de início de obra



Fonte: Acervo fotográfico UGP PAS, 2026.

Já na comunidade de Gozo no município de Pindoretama (CE) foi realizada pela equipe social uma ação socioambiental com alunos da EMEB Pedro Ricardo da Silva em parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O evento teve como principal objetivo sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância da preservação dos recursos hídricos.

Como ato concreto, os alunos participaram de uma coleta coletiva de resíduos sólidos nas margens do Açude Malcozinhado, local onde será captada a água para abastecer as comunidades rurais que serão beneficiadas pela implantação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA), por meio do Programa Águas do Sertão.

Após a coleta de resíduos, os participantes foram convidados a participar de um momento de plantio de duas mudas de Ipê, árvore nativa da região, nas imediações do açude. O plantio das mudas faz parte da Campanha "Festa Anual das Árvores", promovida pelo Governo do Estado do Ceará, que busca conscientizar e sensibilizar a população sobre a importância das árvores para o equilíbrio da vida no planeta.

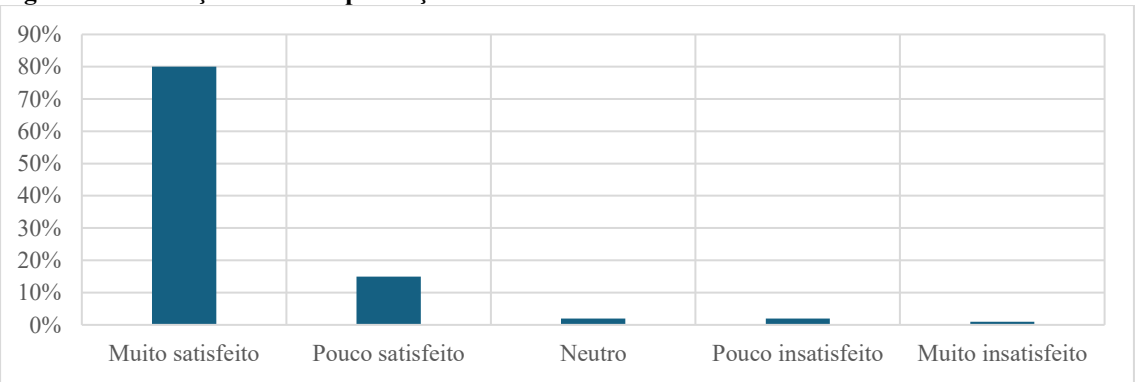
Figura 7 - Ação socioambiental



Fonte: Acervo fotográfico UGP PAS, 2025

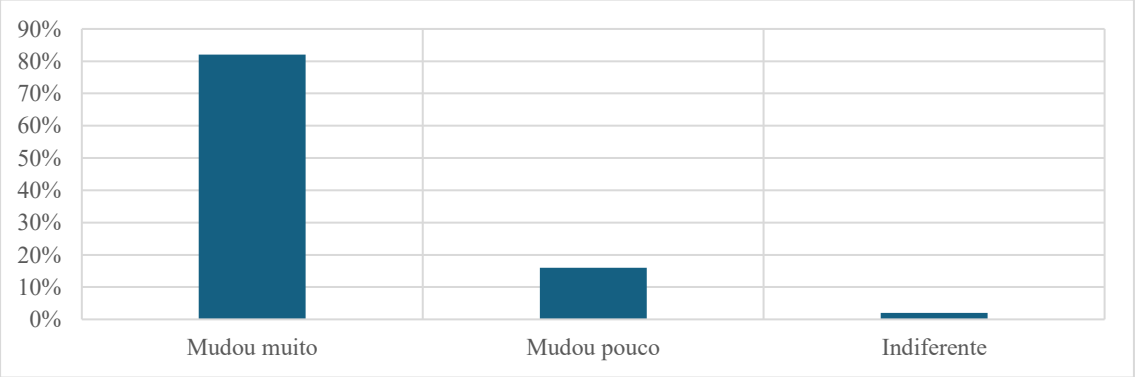
Na fase de avaliação e apresentação dos resultados, apresentam-se os dados da pesquisa *ex-post* aplicada na comunidade de Curupati Irrigação no município de Jaguaribara (CE), a fim de visualizar as mudanças no cotidiano da população provocada pela execução do Sistema de Abastecimento de Água. Mais de 90% da população local considera-se satisfeito com a implantação do SAA e mais de 80% afirmam que a vida mudou após sua implantação. Com isso, considera-se que Programa Águas do Sertão trouxe grandes impactos positivos para essa comunidade.

Figura 8 - Satisfação com a implantação do SAA



Fonte: Dados da Equipe Social do PAS

Figura 9 - A vida mudou após a implantação SAA?



Fonte: Dados da Equipe Social do PAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho social desenvolvido no âmbito do Programa Águas do Sertão evidencia que a universalização do saneamento rural vai além da implantação de infraestrutura física, exigindo ações contínuas de mobilização, educação e fortalecimento da participação comunitária. Nesse contexto, as equipes sociais desempenham papel fundamental na construção de vínculos entre o poder público, o modelo de gestão SISAR e as comunidades beneficiadas, promovendo o protagonismo social e a corresponsabilização da população na gestão dos sistemas implantados.

As experiências apresentadas demonstram que a atuação social contribui significativamente para a aceitação e sustentabilidade dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, uma vez que estimula o sentimento de pertencimento da comunidade, fortalece o associativismo e amplia o entendimento sobre a importância do uso racional da água, da preservação ambiental e dos cuidados com a saúde pública.
Além disso, as ações educativas e participativas desenvolvidas durante todas as fases do programa possibilitam a valorização dos saberes locais, a ampliação do diálogo comunitário e o fortalecimento das lideranças sociais, fatores essenciais para a manutenção e continuidade das ações de saneamento rural. A aplicação das pesquisas *ex-ante* e *ex-post* também permite identificar mudanças significativas nas condições de vida das famílias, evidenciando melhorias relacionadas à saúde, higiene, desenvolvimento social e qualidade ambiental.

Observa-se ainda que o modelo de gestão SISAR, aliado ao acompanhamento social permanente, constitui uma importante estratégia de governança participativa no meio rural, garantindo maior eficiência operacional e sustentabilidade dos serviços implantados. Dessa forma, o Programa Águas do Sertão consolida-se como uma política pública relevante para a promoção da inclusão social, da dignidade humana e da redução das desigualdades no semiárido cearense.

Por fim, conclui-se que a integração entre infraestrutura, educação ambiental e participação social representa um caminho essencial para a efetividade das políticas públicas de saneamento rural, reforçando a necessidade de continuidade e ampliação de iniciativas que valorizem a atuação social como elemento estruturante para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Bases para a Formulação de Políticas e Programas em Saneamento Rural. 1989. “Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPLAN.”

2. CEARÁ. Secretaria das Cidades. Programa Águas do Sertão. Disponível em: https://www.cidades.ce.gov.br/programa-aguas-do-sertao-2/. Acesso em: 15 jun. 2025.

3. O Projeto Nacional de Saneamento Rural (1985-1989) No Brasil: Limites E Potencialidades Nathalia Roland, Léo Heller, Sonaly Rezende “Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v.24, e202217pt, 2022 https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202217pt